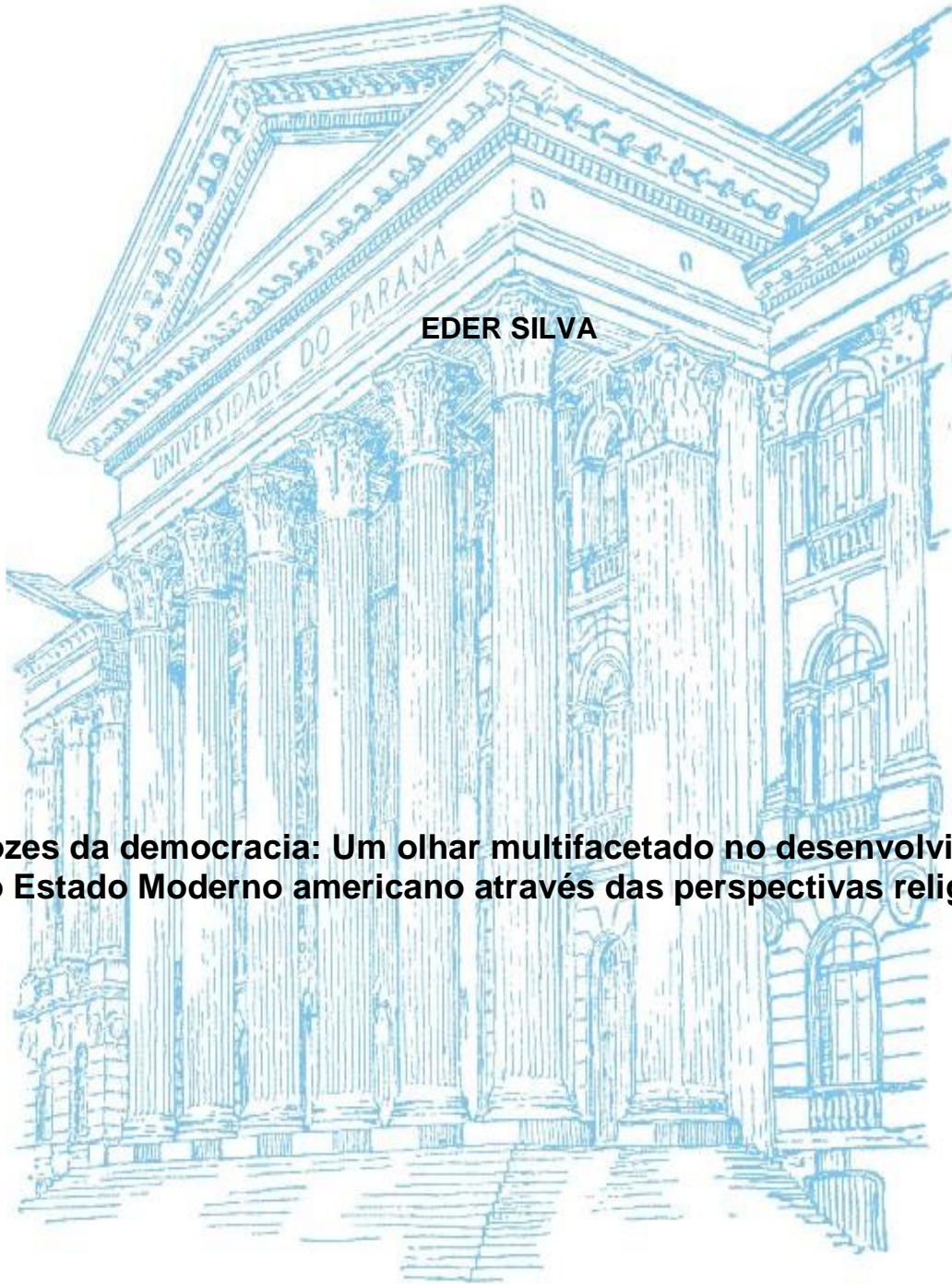


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

EDER SILVA

**Vozes da democracia: Um olhar multifacetado no desenvolvimento
do Estado Moderno americano através das perspectivas religiosas**



**CURITIBA
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
EDER SILVA**

**Vozes da democracia: Um olhar multifacetado no desenvolvimento
do Estado Moderno americano através de perspectivas religiosas**

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista, Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Lato Sensu, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Turma: 2011
Orientador: Prof Dr. Paulo Roberto Neves Costa

**CURITIBA
2012**

Como observou Chateaubriand, é comum chamar de conspiração política aquilo que, na verdade, é o mal-estar de todos ou a luta da antiga sociedade contra a nova, o combate das velhas instituições decrépitas contra a energia das jovens gerações.

A República dos bons sentimentos, **MICHEL MAFFESOLI**

*O choque entre as civilizações,
é sempre, por fim, um encontro entre espiritualidades, e até
entre religiões.*

MIRCÉA ELIADE

(...) Fazei grandes Pessoas, o resto vem depois.

Virtude e conformismo para os que gostam,

Tranquilidade, obesidade, submissão para os que gostam;

Eu sou aquele que criticamente incita homens, mulheres e nações,

Gritando: — Saltai de vossos assentos e lutai por vós mesmos!

Folhas de relva, **WALT WHITMAN**

AGRADECIMENTOS

À esposa Andréia, que, sem seu apoio, não seria possível o desenvolvimento desse estudo.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, em especial, o Professor Paulo Roberto Neves Costa, que, além de sua orientação, ministrou disciplinas fundamentais para o processo de análise das obras citadas neste trabalho.

Aos colegas de curso Edgar Bernardino, Silvio César Ávila, Eli Cordeiro Junior e Jorge Luis Prado, pelas suas contribuições através dos diálogos realizados durante o período letivo, despertando o senso crítico e reformulações de conceitos — fator este último que serviu como marco distinto para o amadurecimento na pesquisa científica voltada à sociologia política.

À Ezaquiel Mello, pela amizade sincera e pelas muitas reflexões literárias.

À Deus, pelo fôlego, paciência, tolerância, disciplina e sabedoria a mim concedidas nas horas mais difíceis ao longo de minha vida como constante estudante da sociedade.

RESUMO

Tomando como base o surgimento de uma nova classe social – a burguesia, na qual inicia-se o processo de ruptura do modelo absolutista de governo, originando um novo conceito de Estado nação, ou seja, o Estado moderno, este estudo procurará analisar algumas relações de poder decorrentes das revoltas religiosas ocorridas nas colônias protestantes norte-americanas no século XVIII e XIX e sua contribuição para o desenvolvimento deste novo conceito de Estado. A pesquisa se concentrará em aspectos religiosos como agentes importantes de mudanças no palco da sociologia política, caracterizada pelos conflitos, que permitiram o surgimento e a consolidação dos ideais expansionistas, caracterizando a política externa dos Estados Unidos da América. Apresentar-se-á, portanto, algumas indagações no sentido de salientar a complexidade que viria a ser o atual Estado moderno democrático em suas diversas facetas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A RELIGIÃO COMO FATO SOCIAL POLITIZANTE.....	10
2. NEM COROA NEM CLERO: PERCEPÇÕES DE UM SUPOSTO DESENVOLVIMENTO.....	14
3. VAGABUNDAGENS MODERNAS: A ASCENÇÃO DAS MANUFATURAS, A QUEDA DO ABSOLUTISMO E O RESSURGIMENTO DO PROTECIONISMO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO.....	20
4. DEMOCRACIAS NO ESTADO MODERNO: LUTANDO CONTRA OS ÍNDIOS NO PAÍS DOS ÍNDIOS.....	22
5. DEMOCRACIAS NO ESTADO MODERNO: UM OLHAR PLURAL SOB AS PERESPECTIVAS RELIGIOSAS.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

INTRODUÇÃO

A proposição deste estudo consistirá na análise do desenvolvimento do Estado moderno nos EUA, tendo como premissa a afirmação contida na obra “*A Ideologia Alemã*”, (MARX & ENGELS, 1989, p.70), na qual se refere ao Estado moderno da América do Norte como o modelo mais aperfeiçoado.

O estudo percorrerá desde o período das revoltas em Inglaterra durante a Revolução Gloriosa, enfatizando a época da Guerra da Independência americana, também chamada Guerra Revolucionária (1775/1776), esbarrando, por fim, em alguns apontamentos referentes ao desdobramento inicial do Estado Moderno nos EUA.

Subordinando-se às revisões bibliográficas, será descrito sobre a relevância que coube à esfera religiosa (o modo com que a religião influencia a vida social e os conflitos dos protestantes nas colônias), e à esfera econômica e política (a idéia de progresso proveniente do capitalismo alicerçado na ideologia protestante e a instituição do modelo de governabilidade dos Estados federativos) na consolidação do que veio a ser denominado de Estado moderno.

A análise se pautará em argumentação teórica levando-se em conta o contexto religioso e econômico, servindo-se de teóricos clássicos como Thomas Hobbes, Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Alexis de Tocqueville, juntamente com outros teóricos mais recentes como Hughes Portelli, John Leslie Dunstan, Henri Desroche, Charles Wright Mills, Robert Dahl, Michel Maffesolli, H. J. blackham, Sidney Lens e, para amparar-se no arcabouço teórico-metodológico, Sedi Hirano. A análise desembocará em sua crítica, por fim, na teoria marxista.

Inclinar-se-á ainda à teoria de Weber, no sentido de que o Estado moderno se projeta internamente através da força de dominação adquirida por consentimento do governado dando-lhe legitimidade (burocracia), sendo aliado neste sentido ao argumento do teórico Michel Maffesolli em “*A lógica da dominação*” para um embasamento mais simplificado deste conceito. Nos diálogos travados sobre as características expansionistas serão utilizados “*Gramsci e a questão religiosa*”, de Hughes Portelli, e a obra “*Sociologias Religiosas*”, de Henri Desroche.

No primeiro capítulo será elaborado um breve histórico de fatores (externos e internos) surgidos na esfera religiosa os quais contribuíram nas mudanças

ocasionadas na esfera política da Inglaterra, e que promoveriam interesses expansionistas através da migração para o novo continente, a América.

Obras como as de H. J. Blackham “*A religião em uma sociedade moderna*”, do historiador Sidney Lens “*A fabricação do império americano*”, e John Leslie Dunstan “*Protestantismo*” servirão como fontes que descreverá sobre os ideais religioso-messiânico e expansionista aos quais culminaram no processo de independência da coroa inglesa e na criação da assembleia constituinte, lançando as bases de um Estado novo em substituição ao sistema de províncias subordinadas ao imperialismo inglês.

Estas reflexões seguirão, por vezes, acompanhadas de parâmetros avaliativos da sociologia política, sendo sustentadas pelas obras clássicas como “*As formas elementares da vida religiosa*” e “*Lições de Sociologia*” de Émile Durkheim, que refletirão sobre os símbolos na formação da consciência coletiva, de modo a tomar o cuidado de não apenas reproduzir a opinião de indivíduos, mas ampliá-la com a análise das interações sociais.

Considerar-se-á o fato de que os EUA foram o primeiro país a utilizar-se de um modelo pautado na assembleia constituinte para a instrumentalização de leis, conduta moral e organização social. Deste modo, evitando adotar o modelo imperialista de governo, o *ancién regime*, dos antigos colonizadores ingleses; serviu-se do modelo francês republicano, distinto do modelo absolutista.

O segundo capítulo nos remeterá à percepção do suposto desenvolvimento norte-americano ocasionado através da premissa expansionista em detrimento aos movimentos contrários ao belicismo, por exemplo o movimento denominado Filhos da Liberdade, composto por pensadores, artesãos e literatos que defendiam os direitos humanos. A narrativa se concentrará na obra de Sidney Lens intitulada “*A Fabricação do Império Americano*” que servirá como pano de fundo para apontar a complexidade que se instalara no país: de um lado o espírito de glorificação da nação, ufanista; e de outro, a resistência que teimava retomar os ideais libertários primitivos, a saber, a luta pela causa do indivíduo.

Caberá ao pensamento de Max Weber nos seus “*Ensaios de sociologia*”, lançar a justificativa da ética da convicção, à qual buscará demonstrar a existência do Estado moderno a partir da premissa da “glorificação do trabalho”, onde o sucesso proveniente da graça meritória resultante do trabalho seria a base central para o capitalismo, caracterizando o Estado moderno sob o pretexto religioso moral.

Serão retomados brevemente no capítulo terceiro alguns fatores adicionais que supostamente ocasionaram a ruptura com a coroa inglesa e que contribuíram sobremaneira às premissas oriundas da ética do trabalho e do desenvolvimento capitalista, alicerçados aos ideais do protestantismo enquanto influência no campo da política e da economia, sugerindo o que caracterizou a política externa dos EUA.

No quarto capítulo há uma explanação sobre os possíveis diálogos entre os três pensadores clássicos da Sociologia Política, a saber, Durkheim, Marx e Weber sobre os temas da política, religião e economia norteando a complexidade da temática central deste estudo, que é o estabelecimento do Estado Moderno para fins de perpetuação da identidade paternalista assumida pelos EUA e que viria encontrar sua crítica mais atenuante nas leituras de Charles Wright-Mills, “*A elite do poder*”, apresentando a capilaridade de as elites dominantes (em específico a função social militarista) contribuírem para o instinto expansionista através do sensacionalismo belicista.

O penúltimo capítulo nos lança argumentos contidos no livro “*Sociologias Religiosas*” de Henri Desroche onde reconhece o pluralismo como na compreensão das nuances e complexidades que compuseram ao longo do tempo a formação do Estado Moderno americano e sua contribuição positiva na inserção do indivíduo ao processo político.

Nas considerações finais, serão apontadas algumas indagações, partindo da exposição de paradoxos entre o conceito de democracia, quando e como ela pode significar ou expressar a vontade dos representados em um processo democrático.

Deste modo, depreende-se que o objeto deste estudo não seja analisar se a religião serve aos fins políticos ou se a política serve aos fins religiosos, mas, tão somente traçar uma análise sobre a interface do Estado, tendo a religião como um de seus aparelhos ideológicos na capilaridade de se estabelecer um sistema político cujos símbolos dos representados sejam ali refletidos, mesmo que parcialmente. Deste modo amenizando o “mau estar subjacente” na consciência política da opinião pública, levando o leitor à uma reflexão um pouco mais minuciosa da política como um processo e não como um resultado pré-estabelecido.

Contudo seja um trabalho de análise abreviada, é proposital para que fiquem abertas lacunas que poderão ser aproveitadas posteriormente para diferenciar as diversas complexidades da nova ordem mundial na contemporaneidade.

1 – A RELIGIÃO COMO FATO SOCIAL POLITIZANTE

Tomando como base as afirmativas de Durkheim, segundo o qual, “a religião é uma instituição eminentemente social”, e que, portanto, expressa as realidades coletivas (DURKHEIM, 1996, p. 14 e 16) complementadas ao argumento de GRAMSCI (1971, apud PORTELLI, 1984, p. 37) de que “o Estado permite definir a Igreja como um aparelho ideológico, e por isso, precisar suas relações com a sociedade política”, sugerindo ainda que “a história dos partidos e das correntes políticas não podem ser separadas daquela dos grupos e das tendências religiosas” (Ibidem, 1984, p. 37); este estudo tende a descrever o processo pelo qual o Estado moderno projetou-se no ideário de Estado nação, culminando na emancipação e formação dos Estados Unidos da América, e as hipóteses que colaboraram na sua projeção como modelo de sistema político predominantemente influente na política global contemporânea.

Ao considerarmos a análise de Durkheim, quando observa a religiosidade como objeto de estudo sociológico, este não via o aspecto religioso como origem de qualquer fato social, mas sim como significados e funções à que ele responde ao processo de formação ou modificação da vida social; percebia a religião como um sistema, como um processo.

“É claro que se, por origem entendemos um primeiro começo absoluto, a questão nada tem de científica e deve ser resolutamente afastada. Não existe um momento radical em que a religião tenha começado a existir e não se trata de encontrar um meio que permita que nos transportemos até ali pelo pensamento. Como toda instituição humana, a religião não começa em parte alguma. [...] O problema que nos colocamos é bem outro o que queremos é encontrar um meio de discernir as causas, sempre presentes de que dependem as formas mais essenciais do pensamento e da prática religiosa” (DURKHEIM, 1996, p.36).

Ainda nos referindo à Durkheim, este teórico procurou evitar os excessos entre o apriorismo e o empirismo (método indutivo e dedutivo). Não se concentrou em atribuir definições para a religião, tomando-a como objeto, mas sim atrelá-la ao processo da formação intelectual e espiritual de uma sociedade; não como

acréscimo, mas como fator que veio a contribuir na formação dos símbolos, na construção e nuances do consciente coletivo da sociedade.

“Sem insistir demasiadamente, trata-se, como aliás Durkheim o havia ensinado, e como se pode mostrar em Marx, de compreender os fenômenos sociais em sua totalidade. [...] São movimentos ao mesmo tempo econômicos, jurídicos, morais, estéticos, religiosos, mitológicos e sociomorfológicos. Sua significação não pode ser compreendida a não ser que sejam considerados como uma complexa realidade concreta”. (MAFFESOLI, 1978, p.67-8).

Diante dessas premissas, traçaremos uma análise das características do sistema político inglês no período de colonização americana, sendo este tipicamente monárquico absolutista, ou seja, influenciado e sustentado pela idéia de que o Rei era o representante de Deus, tanto na esfera religiosa como na representação política, modelo este oriundo das tendências medievais católicas e do sistema romano cesarista.

“Roma é o maior e o primeiro exemplo de religião política. A diferença entre religião política e eclesiástica está claramente demonstrada na distinção entre a deificação dos soberanos ptolomaicos do Egito no período greco-romano e o culto ao imperador no Império Romano. O culto ptolomaico revivia a tradição segundo a qual o faraó, sacerdote por excelência, aperfeiçoava e mantinha uma ordem cósmica divina. O culto do imperador, em Roma, mantinha uma ordem política [...] Por estes motivos o clero tinha enorme importância dentro da ordem civil, e o seu controle era objeto de ambições políticas”. (BLACKHAM, 1967, p.7).

Dentro desta conjuntura, havia, portanto, diversa resistência, dispendo-se obter sua liberdade contra uma soberania humana. Pode-se dizer que tal influência lhes chegara através dos ideais renascentistas e do movimento de reforma protestante que florescera em solo europeu a partir da transição entre o período medieval e iluminista. Este movimento atraía em seu bojo uma crescente massa popular, entre as quais podemos destacar a burguesia, que se consolidara como classe em decorrência da ascensão da economia manufatureira.

Esta nova classe que se projetava no campo da política, descontentes com o *ancién regime*, promoveram diversas manifestações religiosas e políticas impulsionando as massas populares, fato que lhes rendeu duras perseguições da parte de Henrique VIII e de monarcas posteriores.

Decorrente das exaustivas lutas entre a coroa e a massa popular descontente, sendo que esses últimos exigiam a separação de poderes pautando-se

na liberdade de consciências, havia neste ambiente um número significativo de dissidentes, os quais foram pela primeira vez chamados de “protestantes”.

Desta forma, nas palavras de Dunstan (1961, p. 20): “descobria-se dentro do próprio homem, e não na Igreja, a autoridade da relação do homem com Deus”. Assim, o ideário do “protestantismo repousa na afirmação do livre espírito humano, como origem e autoridade para a vida religiosa”. (idem, 1961, p.18).

É importante frisar que, diferentemente da Revolução Francesa, onde o descontentamento com o sistema vigente almejava substituí-lo por outro, essas revoltas religiosas na Inglaterra pautavam-se essencialmente em fatores que já vinham acompanhando questionamentos sobre a necessidade ou não da soberania representada em um governo humano; chegava-se, em alguns momentos, sugerir a emancipação do homem como ser “autogovernado”, premissa contida no liberalismo difundido por John Locke e, posteriormente, adaptado e aperfeiçoado por Adam Smith.

Concomitantemente, muitos herdeiros desta reforma, enfasiados pelo rotineiro tradicionalismo conservador do modelo anglicano e do domínio imperialista, ao perceberem a ilusão à qual estavam inseridos, e influenciados pela descoberta do Novo Mundo e o êxito das grandes navegações, migraram para o continente americano, lançando-se sobre a promessa de reconstruir uma Nova Jerusalém na terra, uma nova sociedade, justa e livre de toda e qualquer corrupção hereditária, onde a justiça, a pureza e, posteriormente a distribuição igualitária dos recursos obtidos seriam seu estandarte.

Por outro lado, havia os que se lançavam neste êxodo buscando a ganância e a torpeza do sonho do Eldorado, a exploração de ouro e diamante.

Constantemente enviavam missionários à colônia inglesa na América. Seguiam juntamente peregrinos descontentes com a Europa. Ali, primeiramente nas primeiras províncias denominadas Virgínia e Massachusetts (Nova Inglaterra), estabeleciam-se, distinguindo seus limites, formando assim uma estrutura de castas nas suas peculiaridades de costumes e crenças (HIRANO, 2002).

Tão logo iniciaram o processo de formação das colônias, perceberam que a realidade era incompatível aos seus sonhos. Recriaram um modelo eclesiástico, ao qual a tradição voltou a fazer parte do cotidiano da vida religiosa, desta forma resistindo à visão crítica de seus antepassados, ignoravam sua fé na possibilidade

de reforma, ao contrário, iniciavam uma luta pela hegemonia territorial na colônia à qual foram alocados.

Quanto aos que imigravam com intuítos gananciosos, estes observaram que não havia aquilo que buscavam, a saber, a facilidade em angariar divisas e enriquecimento instantâneo. Mas somente em 1610, por meio da chegada de John Rolfe em Jamestown, na Virgínia, inicia-se um processo de expansão econômica através do plantio e exportação de fumo, artigo muito requisitado em toda a Europa. Pelos próximos 150 anos este seria o principal recurso que traria o incentivo em fazer com que permanecessem na colônia, e, posteriormente um significativo desenvolvimento para os colonos ingleses na América.

Nasce aí o que podemos denominar de espírito expansionista norte-americano, o que veio impulsionar a territorialidade decorrente das conquistas, não somente no domínio das terras dos nativos indígenas e mexicanos, mas também na aculturação dos conquistados, originando uma nova cultura, mas cuja predominância apresentava traços da cultura sobrepujante, o que os levou a se destacar imaginariamente como nação protestante.

Analisando sob outro aspecto, pode-se afirmar que, mesmo involuntariamente, o protestantismo inseriu o homem comum no processo de participação política, com iguais condições de manifestação. Como diz Tocqueville (2010, p.39): “através da igreja, começa a igualdade a penetrar no seio do governo. E aquele que vegetava como um servo na escravidão eterna vai colocar-se, como sacerdote, no meio dos nobres, e muitas vezes sentar-se em posição mais eminente que a dos próprios reis”.

E este viria a ser, a posteriori, a razão primeva da Revolução Liberal de 1789 em França, sob o tríptico fundamento da liberdade, igualdade e fraternidade, idéias estas que retomariam mais tarde na reestruturação da participação pública no processo democratizante americano.

2 – NEM COROA, NEM CLERO: PERCEPÇÕES DE UM SUPOSTO DESENVOLVIMENTO

Por muitos séculos a religião foi o sustentáculo ideológico do trono nas diversas formas de governo, afirmando-se através de uma interface entre clero e Estado, sendo este último dotado, por vezes, com características imperialistas, noutras vezes, republicanas.

A participação do clero no jogo do poder, tendo como ápice o período medieval, traduz-se em um determinado tipo de alocação autoritária de valores (EASTON, 1970), sendo que o principado da coroa inglesa Henrique VIII, auto denominando imperador soberano de toda a terra¹, atribuía-lhes relativa autoridade quando se sentia enfraquecido devido às influências renascentistas; mas que, em tempos de glória, tratava-os meramente como súditos. Em consequência da instabilidade do principado, surge a classe² burguesa colonial, que já de início apresentava sinais de insatisfação com a persistência neste velho sistema. Tanto o poder imperialista como o pontificado enxergava agora outra ameaça, mais definida e mais efetivamente consolidada como classe. Em princípio houve alguma tentativa de inserir no contexto político esta nova classe burguesa; na Inglaterra sob o governo de Guilherme III, príncipe de Orange (1689-1702), adaptou-se o sistema de governo para o parlamentarismo imperial. Isso trouxe a alguns burgueses oportunidade de participação política, caracterizando o capitalismo como mais próximo ao sistema político. Enquanto isso Luis XIV reconhecia o novo principado inglês, trazendo relativa paz entre as duas potências, França e Inglaterra. Isto fez com que o poderio militar fosse enfraquecido em tempos de paz, motivando a classe burguesa a se organizar. Mas em seguida o parlamentarismo tornara-se despótico, fazendo o povo sofrer mais ainda, vindo posteriormente morrer pelo seu próprio cansaço, gerando mais perseguição, desta forma incentivando comerciantes, artesãos e camponeses migrarem para a América.

Ainda assim, a coroa inglesa não abdicava o desejo à tradicional ostentação de domínio no novo continente. Evitava o uso da força militar; mas, por outro lado,

¹ Também chamada de “doutrina do direito divino de rei”

² Neste estudo procuraremos utilizar o conceito de classe amparado em Max Weber (1982, p. 212): “classes” não são comunidades; representam simplesmente bases possíveis, e frequentes, de ação comunal.

persistia ainda em enviar seus clérigos, como George Whitfield³, na tentativa de persuadir as colônias puritanas em adotar o anglicanismo (Igreja oficial do rei) como mãe de todas as denominações protestantes.

Nota-se, porém, que durante esse período no velho continente a religião oficial, por alguns momentos, entrou em choque com o Estado (realocação de valores); mas, em sua abrangência, pode-se dizer que foi escoltada e ancorada na proteção do sistema imperialista, servindo-lhe como aparelho ideológico, intentando impor sua hegemonia. Assim, na Inglaterra a igreja Anglicana tinha o Rei como protetor contra a ameaça puritana, servindo-se do poderio militar como escudo; desta forma, uma coadunação almejando a mútua sustentabilidade.

Retomando nosso objeto de estudo, os protestantes burgueses na América do séc XVIII, enquanto incrédulos quanto ao anglicanismo conservador imperialista, e reacionários quanto à possibilidade de ascensão social e independência das exorbitantes taxas do império, vão ganhando adeptos, fortalecendo-se e contribuindo para que as colônias adquirissem autonomia.

Projeta-se em seus limites territoriais um modelo de conduta moral e educadora. Constroem diversas escolas; estabelece-se pastores e líderes eclesiásticos como mentores e juízes nas causas civis, sustentando-se na utopia de uma terra incontaminada, justa e referência futura para as demais nações – o típico messianismo.

A unidade social e religiosa efetuava-se através de um contrato em que o homem participava e que o unia aos outros na Igreja e no Estado. Pode-se dizer que as suas crenças religiosas determinariam, em tese, o caráter da sociedade que viriam a criar. Na prática, cada congregação era independente e bastava-se a si própria, embora na índole fossem fortemente democráticas.

Baseando-se nesses aspectos, identifica-se, agora, alguma semelhança com os ideais da Revolução Francesa, no que diz respeito ao senso de liberdade confessional e participação efetiva das massas no processo decisório.

Por outro lado, ainda pode-se notar involuntária dependência cultural no modelo inglês anglicano, portanto, predominantemente episcopal e fortemente centralizador.

Nas colônias, costumeiramente elaboravam eleições abertas na escolha de

³ Pastor anglicano itinerante, que, em sua segunda viagem à América, em 1739, devido a suas mensagens de caráter expansionista gerou consideráveis divisões nas províncias puritanas.

seus representantes, os líderes eclesiásticos, os quais exerceriam autoridade para influenciar decisões não só dentro do ambiente religioso, mas também externamente, aconselhando os magistrados e ditando posturas e costumes na comunidade civil. E, justamente neste ponto é que vem ocorrer, já de início, diversos conflitos entre os próprios protestantes na América. Dividiam-se suas opiniões entre aqueles que pensavam ser proveitoso que a religião exercesse domínio sobre a sociedade civil, através da figura dos seus líderes eclesiásticos; e aqueles que, por outro lado, defendiam a separação entre Estado civil e religião; deste modo, formavam-se, diversas denominações que viriam a competir mais tarde por territórios, buscando sua hegemonia (proselitismo).

Nestes termos, já podemos observar a complexidade que viria se alojar nas tentativas de traçar um estudo sobre a democracia no Estado moderno americano. A partir deste momento, conforme a conceituação que Seidi Hirano nos remete (HIRANO, 2002), pode ser identificadas formação de protótipos variáveis, transição de um primeiro momento caracterizado pela formação de “castas” (primeiras colônias protestantes com governo sacerdotal), passando por uma sociedade estamental, onde havia ainda dependência ao sistema dos antigos colonizadores, mas que agora, passa a adquirir forte propensão ao surgimento de classes sociais, ora caracterizada pelas lutas entre as seitas protestantes na busca pela hegemonia.

Resumindo, percebe-se que:

Somente com a revolução burguesa é que esta característica feudal e estamental é definitivamente destruída, emergindo daí o Estado moderno. Na Espanha, até meados do século XIX, o Estado moderno está em período de formação, na Inglaterra se constitui no século XVII, na França, no século XVIII e na Alemanha, a partir de meados do século XIX, sendo seu exemplo mais acabado, segundo o autor de A ideologia alemã, os Estados Unidos do século XVIII. (HIRANO, 2002, p.76-7)

Prosseguindo com a análise do processo democratizante, nota que este sentimento de messianismo moderno se apossara do consciente coletivo, de modo a projetá-los na elaboração da constituição, com premissas onde o Estado seria limitado, garantindo liberdade em assuntos referentes à espiritualidade e consciência do indivíduo.

Com isto torna-se propenso o surgimento de uma grande diversidade religiosa e litúrgica, caracterizada pelo princípio ao qual nenhuma das denominações poderia

reclamar ser oficial, principalmente na Pensilvânia dos quakers, que enfatizava a tolerância.

Se a interrogação se alimenta de uma experiência religiosa reativada não encontra a resposta na religião dominante que se pratica, quando, no máximo, a coligação da "Church and State" impede a contestação interna, quando ela própria tende a coligar-se com os inimigos dos aliados dos seus próprios inimigos (o caso dos quakers coligados com os puritanos), para fazer parecer um protesto radical que vai no máximo até à revolta social. a) O primeiro grau é a greve, de imediato, greve ao culto. [...] Mas também esta greve de uma religião pode ganhar importância e tornar-se numa greve da sociedade nos seus costumes ou nas suas instituições: recusa dos divertimentos, recusa da produção industrial. [...] b) Um segundo degrau será a coexistência competitiva entre duas religiões (proselitismo). c) Por fim, um terceiro degrau é o da revolta social ligada ao protesto religioso radicalizado. Em geral, revoltas camponesas, animadas por uma religião reativada ou dissidente. Exemplo disso são os camponeses alemães motivados por Thomas Munzer (esse fenómeno que Manheim chama de quiliasmos orgiástico dos anabatistas) [...] Função de atestação, função de contestação, função de protesto, qualquer que seja o caso, a religião é aqui concebida como uma função de uma sociedade que se afirma, se interroga, ou se nega. (DESROCHE, 1984, pp. 71-74)

Devido a estas transformações, o protestantismo experimenta um inusitado desenvolvimento. Impulsionados com a ideia de messianismo, contribuía com a vida missionária destinada à evangelização dos índios (expansionismo caracterizado na aculturação), criação de escolas, universidades, benfeitorias públicas, etc. A vida na América modificava-se tanto na sua complexidade como na diversidade de interesses. Mas havia, em sua essência, o sentimento de unificação, de nacionalidade, que, já lançava as primeiras sementes para a consolidação e solidificação do Estado moderno nos Estados Unidos.

Para caracterizar o desenvolvimento do Estado moderno americano, consideremos o que fundamenta Weber (1982, p. 214), onde “aqueles cujo destino não é determinado pela oportunidade de usar, em proveito próprio, bens e serviços no mercado, isto é, os escravos, não são, porém, uma classe, no sentido técnico da expressão. São, antes, um estamento”.

Trazendo para a corrente marxista, referindo-se ao conceito de religião como ópio do povo; aqui esta religião opiácea⁴ já não podia mais exercer sua influência neste tipo de Estado moderno, pois não havia uma religião oficial alienadora e usurpadora das liberdades individuais, tampouco era atribuído poder a uma política

⁴ Menção que remete à frase de Karl Marx: “A religião é o ópio do povo”, contida em sua obra publicada em 1844 intitulada “Crítica da filosofia do direito de Hegel” (Boitempo, 2005, pp. 146-7), onde também estão contidas algumas formulações sobre a alienação, tema inspirado por Feuerbach.

interventora no *modus operandi* dessas comunidades. Não havia, portanto, um freio para as práticas de expansão territorial e cultural.

Talvez isso seja uma das razões pela qual Marx via o Estado moderno americano como o modelo mais propenso ao desenvolvimento.

Na medida em que o aparelho do Estado proíbe a livre formação de organizações políticas, a única possibilidade de expressão popular que subsiste é a da religião, e por isso, da formação de seitas religiosas. [] Gramsci sublinha que esta coerção nem sempre é obra do aparelho de Estado oficial (exército, polícia, justiça) mas também pode provir de organizações “privadas”, como o mostra o exemplo americano. (PORTELLI, 1984, p.40)

Por outro lado, houve alguma resistência e rejeição interna em relação a este fenômeno expansionista e patriótico por parte de uma corrente chamada Filhos da Liberdade⁵. Mas, pode-se afirmar que a predominância ideológica dessas reações, caracterizadas pela contra-reforma europeia, não surtem mais efeitos sobre a sociedade americana na tentativa de frenagem ao inevitável desenvolvimento através das conquistas de terras dos povos nativos indígenas e mexicanos.

Nestes moldes, instituía-se nas províncias, um espírito empreendedor, justificado pelo discurso da autoproteção; pois não havia mais coroa nem clero para livrar seus temores das ameaças circunvizinhas ou de potenciais conquistadores europeus, principalmente seu antigo protetorado, a coroa inglesa, que, neste período, motivada pela vitória sobre os franceses, depois de anexar boa parte do Canadá, estava disposta a expandir-se para onde quer que fosse.

Sucedeu que, deste então, os Estados Unidos inicia um processo de expansão e conquista, com o pretexto de intimidar as supostas ameaças, e, ao mesmo tempo, perpetuar-se como nação, construindo, mesmo em meio a esta notável complexidade, sua própria identidade; dispondo-se como mediadores em todo o globo. Lens (2006, p.37) sustenta que: “Tão logo uma nação pare de se expandir, começa a declinar. Assim, a força de uma sociedade está em seu vigor militar. Seus ideais, leis e constituições são apenas cintilações temporárias. Os Estados Unidos [...] foram construídos a partir de espólios de combate e conquista de tribos indefesas, e agora devem continuar essa irrepreensível expansão contra

⁵ Sons of Liberty, associação secreta de comerciantes, advogados, jornalistas e artesãos contrários à Lei do Selo de 1765, acabou transformando-se numa organização que aglutinou o espírito de resistência das colônias americanas.

nações que têm uma habilidade militar igual ou superior à sua. Uma vez que parem de fazer isso, sua morte será inevitável”. Endossando esse pensamento nas linhas clássicas de sociologia, basta-nos remetermos ao que afirma Weber:

O homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. O poder, inclusive o poder econômico, pode ser desejado “por si mesmo”. Muito frequentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas “honras” sociais que ele acarreta. Nem todo poder traz honras sociais: o chefe político americano típico, bem como o grande especulador típico, abrem mão deliberadamente dessa honraria. (WEBER, 1982, p.211).

Nestes termos, o que bem pode servir como exemplo mais contemporâneo na caracterização deste intencional robustecimento do Estado nacionalista pode ser observado na ideologia expressada pelo fascismo no século XX, ocasionando a reconfiguração sócio-política na Europa e América Latina o que veio a ser denominado de protecionismo.

O regime de Mussolini, como o de Napoleão, dependia do controle absoluto da mente e do espírito do povo italiano, que lhe dedicava uma devoção de caráter nitidamente religioso. O fascismo, embora pagão, possuía um caráter marcadamente religioso, porque exigia devoção, espírito de sacrifício e completa submissão à nação, ao partido e ao *Duce*. (HALES apud BLACKHAM, 1967, p.21).

3 – VAGABUNDAGENS MODERNAS: A ASCENÇÃO DAS MANUFATURAS, A QUEDA DO ABSOLUTISMO E O RESSURGIMENTO DO PROTECIONISMO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO

Na Inglaterra do século XVI, enquanto a coroa intentava aliança com a burguesia, o que se percebeu, porém, foi justamente o fato de os camponeses não conseguirem se projetar como classe, pois, continuavam inúteis na participação das desconstruções, rupturas e transformações da sociedade; alienados à divisão do trabalho, enfim, sem identidade social.

Neste contexto, Henrique VIII não conseguia o apoio das camadas sociais. Havia insatisfação por todos os lados. Isto levou o Estado absolutista a adotar medidas que inevitavelmente desestabilizaria sua hegemonia, de modo a deixa-lo exposto aos inimigos externos, no caso, a França e a Espanha.

Nas linhas de “*A ideologia alemã*” podemos compreender um pouco mais sobre o descontentamento dos camponeses, que ocasionou a vulnerabilidade de toda nação, em relação ao sistema corporativo de produção manufatureira:

A tecelagem, trabalho que quase sempre exige pouca habilidade e que bem depressa se subdividiu em uma infinidade de ramos, era, naturalmente, refratária às cadeias da corporação. [...] Com a manufatura libertada da corporação, as relações de propriedade também se transformaram imediatamente. [...] A manufatura tornou-se ao mesmo tempo um refúgio para os camponeses, contra as corporações que os excluía ou que lhes pagavam mal, como antigamente as cidades corporativas lhes tinham servido de refúgio contra a nobreza do campo que os oprimia. O começo das manufaturas foi marcado ao mesmo tempo por um período de vagabundagem, causado pelo desaparecimento das tropas armadas feudais e pela desmobilização dos exércitos que tinham sido reunidos e que os reis utilizaram contra os seus vassallos, e causado também pelos melhoramentos da agricultura e a transformação de vastas zonas de terras de cultura em pastagens. Daí decorre que a vagabundagem está ligada exatamente à decomposição do feudalismo. Os vagabundos eram tantos que o rei Henrique VIII, da Inglaterra, entre outros, mandou enforcar 72.000 deles. [...] Com a manufatura, as diferentes nações entraram em relações de concorrência, iniciaram uma luta comercial que foi travada por meio de guerras, de direitos aduaneiros protecionistas e de proibições, ao passo que anteriormente só tinham praticado entre si, quando mantinham relações, trocas inofensivas. Daí por diante o comércio passa a ter uma significação política. (MARX & ENGELS, 1989, p. 60-1).

Tratando-se das relações entre religião e desenvolvimento econômico no Estado moderno, onde uma corrente teórica se pauta na idéia do capital como fonte sustentável; e outra corrente se baseia que o espírito expansionista está mais ligado

à noção de honra, respeito e segurança nacional, podemos assim nos apropriar de quatro monismos que têm sobressaído, e que procuram mapear a capilaridade das inter-relações pluralizadas no Estado moderno americano, onde fica melhor exemplificado nas palavras de Henri Desroche, a saber:

1) Uma religião favorável a um desenvolvimento que lhe é (a ela própria) favorável. Max Weber tentou situar nesta reciprocidade positiva esta forma de religião que é a ética calvinista e esta forma de desenvolvimento que é a empresa capitalista; 2) Uma religião desfavorável a um desenvolvimento que lhe é reciprocamente desfavorável. É mais ou menos a antiga situação do Quebec francês: um catolicismo de paróquias rurais desfavoráveis a um desenvolvimento urbano e industrial; 3) Uma religião favorável a um desenvolvimento que lhe é por fim desfavorável. [...] como lamentava John Wesley (“A religião deve conduzir necessariamente à eficácia na produção, à frugalidade no consumo e estas causas só podem ter como efeito o enriquecimento... Mas à medida que a riqueza aumenta, aumenta também o amor do Mundo em todas as suas formas...”); 4) Uma religião favorável a um desenvolvimento que lhe é finalmente favorável. A imigração para o Novo Mundo fez-se largamente com a fuga do antigo mundo. [...] E este Novo Mundo que se sobredesenvolveu oferece o paradoxo de curvas estatísticas religiosas aparentemente crescentes, como se tratasse de um país com uma certa predileção para uma certa religiosidade. (DESROCHE, 1984, p.170).

Mas, partindo do pressuposto que o espírito do capitalismo, ao mesmo tempo que apregoa o trabalho livre voltado para o mercado e a especialização do burguês nos setores administrativos, este deve também abrir para a economia expansionista novos campos de dominação, assegurando à burguesia das grandes corporações uma nova elite do poder, portanto, um novo e disfarçado imperialismo econômico, mais caracterizado pelo protecionismo. E este tem sido o formato herdado pelos Estados Unidos nas suas relações exteriores com a economia global. Uma economia que teima em lançar seus tentáculos, dominando o número máximo de países através de um discurso paternalista e com uma falsa idéia de liberalismo.

O que é normal na história da humanidade não é o desenvolvimento, mas antes o não-desenvolvimento; aquilo que nós chamamos “desenvolvimento” é uma febre de crescimento sentida pela humanidade numa pequena faixa da sua história e da sua geografia; em todos os outros lados, o que domina é o universo da repetição sob o signo de arquétipos de um eterno retorno... (DESROCHE, 1984, p. 172).

4 – DEMOCRACIAS NO ESTADO MODERNO: LUTANDO CONTRA OS ÍNDIOS NO PAÍS DOS ÍNDIOS

Enquanto os esforços de Durkheim progredem no campo das religiões de modo a contextualizar as relações sócio-políticas e culturais das sociedades, tendo como arcabouço a divisão do trabalho como fator preponderantemente típico harmonizador; para Karl Marx a religião não existe como fator de mudança ou progresso. Ao invés, seu argumento gira em torno da questão da propriedade privada, e, conseqüentemente, da luta de classes.

Durkheim expõe o método sociológico a partir de um estudo das civilizações e seus ritos, mitos, culto e religiosidade, traçando assim uma linha do tempo, exemplificando-a, testando a capilaridade de cada conceito nos tempos mais remotos, para depois aplica-las no contexto de cada situação.

Weber, por sua vez, mas não muito diferente de Durkheim, delimita um dos seus estudos a partir do protestantismo como fator preponderante para o desenvolvimento e projeção de uma nova ordem econômica, traçando um demonstrativo da perda do rigor da sociedade estamental, centralizada no rei absolutista e sistema feudal e que agora deve-se abrir às novas tendências burguesas na predominância do trabalho como fator que gera riquezas e faz girar a máquina capitalista. A partir desta necessidade de abertura, surge um novo paradigma, que lança a necessidade de estabelecer outro sistema de poder, o Estado moderno, não mais com características centralizadoras à pessoa do rei, mas, um conceito patriótico, nacionalista, ufanista, assegurando para o indivíduo um referencial protetor, o Leviatã que sai da profundidade das águas – O Estado nacionalista que sai das massas e lança seus tentáculos de maneira a inibir a desordem, o caos – o mal necessário à subsistência da organização social.

Weber frisa que o Estado moderno, para se manter, deve vigorar através da burguesia, de modo a exercer a burocracia, ou seja, crença na legitimidade do mérito, de forma a amenizar o estigma de tirania em que o Estado absolutista foi interpretado no decorrer de sua ascensão até o seu declínio. E esta legitimidade de poder é o que permanece até os dias atuais, como forma de dominação, no contexto político e econômico norte-americano.

Para a compreensão prática deste conceito weberiano, correlacionando-o a uma interpretação inclinadamente marxista, podemos exemplificar da seguinte

maneira: quando se sustenta que esta burocracia pode representar a falácia do Estado moderno, deste modo, nas palavras de Sidney Lens:

O imperialismo moderno tem de recorrer, obrigatoriamente, a uma variedade de técnicas. É um complexo processo que combina meios econômicos, políticos e militares. A ajuda – doações e empréstimos – é dada a governos estrangeiros com a condição de que mantenham o chamado sistema de livre iniciativa e removam as barreiras ao comércio e aos investimentos americanos. A ajuda é dada com condições explícitas e implícitas que cedo transformam o governo cliente numa dependência dos Estados Unidos. (LENS, 2006, p.26).

E, na ordem institucional militar, este fator toma proporções ainda maiores para caracterizar a fundamentação na qual Wright-Mills se baseia para expor seu raciocínio quanto à falácia do ideal democrático na América, tendo como real propósito reabastecer sua inclinação expansionista, fruto esta de um moderno, mas disfarçado imperialismo.

Para expor esta abordagem, na visão deste teórico, depreende-se que as sociedades são organizadas segundo 5 ordens institucionais (função social), sendo que três delas (política, econômica e militar) são de caráter expansionista e centralizadora, enquanto que as outras duas (familiar e religiosa), serve como aparelho ideológico persuasivamente propagandista.

Nas palavras de Wright-Mills:

Da revolta de Shays⁶ até a Guerra da Coréia, não houve qualquer período mais demorado sem violência oficial, desde 1776, na verdade, os Estados Unidos se empenharam em sete guerras no exterior, numa Guerra Civil de quatro anos, numa centena de batalhas e escaramuças com os índios, em exhibições intermitentes de violência na China, no domínio das Caraíbas e de partes da América Central. Todas essas ocorrências vêm sendo consideradas geralmente como questiúnculas que interferiam nos assuntos mais importantes, mas pelo menos devemos dizer que a violência como um meio, e mesmo como um valor, é um tanto ambígua na vida e na cultura americanas. A chave dessa ambiguidade está no fato seguinte: historicamente, tem havido muita violência, mas em grande parte sob a responsabilidade direta “do povo”. (WRIGHT-MILLS, 1975, p. 213).

Mas, da mesma forma que aqui é colocado o uso da força militar como responsabilidade das massas, em momento anterior Wright-Mills (1975, p. 213)

⁶ Em 1935 a Revista Fortune escrevia: “Supõe-se geralmente que o ideal americano é a paz. Mas, infelizmente para essa frase clássica das escolas secundárias, o Exército Americano, desde 1776, tem furtado mais quilômetros quadrados pela simples conquista militar do que qualquer outro exército do mundo, exceto talvez a Grã-Bretanha.

expõe que “na verdade, cerca da metade dos 33 homens que foram presidentes dos Estados Unidos tiveram experiência militar; seis eram oficiais de carreira, e nove, generais”. Mais adiante: “Há militares que funcionam como “ligação” com o Congresso, com certos setores da indústria, como praticamente todos os elementos importantes não diretamente ligados à elite do poder.” (ibidem, 1975, p. 343).

Conforme Lens ainda podemos acrescentar que,

“em contraste, nunca houve um líder sindical, um clérigo ou um médico na Casa Branca, embora esses sejam mais numerosos do que líderes militares. [...] Tem havido uma certa embriaguez “força” e moralismo na saga americana. [...] Assim, a força de uma sociedade está em seu “vigor militar”. Seus “ideais, leis e constituições são apenas cintilações temporárias”. Os Estados Unidos, argumentava Lea, “foram construídos a partir de espólios de combate e conquista de tribos indefesas”, e agora devem continuar “essa irrepreensível expansão” contra nações que têm habilidade militar igual ou superior à sua.” (LENS, 2006, p. 36)

Diante dessas assertivas, depreende-se então o paradoxo de que, ao mesmo tempo que os EUA era visto como uma nação que adotara uma República federativa presidencialista, promulgadora de uma constituição cujas características tinha por mérito representar tendências republicanas, atribuindo aos estados autonomia política e, ao mesmo tempo, mesclada à tendência federalista que se pautava na centralização forte de poder sob o discurso de garantir ao cidadão os direitos civis e políticos, havia também a contradição de possuir em seu ideário e conduta o oposto, a saber, a estratégia de utilizar-se da força militar para se apossar do território indígena sob o pretexto de que os índios eram selvagens bárbaros, de que não eram suficientemente humanos para terem o direito de viver na América. O mesmo ocorre em relação aos mexicanos, que foram dizimados, cedendo aos Estados Unidos nove dos seus estados. Soma-se o fato de que se praticava ainda a escravidão, uma notável contradição à tão enfatizada liberdade de propriedade, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, de crença religiosa, de igualdade de condições a todos os cidadãos, entre outras premissas contidas na Declaração de Independência. Dilemas estes que culminarão com uma guerra civil – a Guerra da Secessão – e mais tarde, no século XX, com a eclosão do movimento negro.

O que nos faz racionalizar é justamente a impossibilidade de se mensurar o preço ao qual a humanidade teve que pagar para fazer com que a Democracia ressurgisse no palco das transformações políticas atuais. Preço que não recorre ao capital monetário, mas ao capital humano.

5 – DEMOCRACIAS NO ESTADO MODERNO: UM OLHAR PLURAL SOB AS PERSPECTIVAS RELIGIOSAS

O protestantismo projetou-se, como anteriormente apontado, com os alvares da idade moderna. Simbolizou o levantamento do espírito humano, que ao se despertar rompeu com a sonolência mórbida à qual encontrava-se a civilização ocidental. Sua expansão deu-se através das ciências, do estabelecimento de instituições políticas democráticas e agências independentes para várias finalidades, suas invenções, seus novos esquemas educacionais, sua arte e literatura, e tudo o resto.

Subjacente, o homem insistia em seu direito de ser livre e agir de acordo com sua própria consciência. O protestantismo era a expressão religiosa da autoafirmação humana. Mas a humanidade estava, agora, a caminho de dificuldades. E essas dificuldades estavam infectando todos os aspectos da vida.

Algumas pessoas, em face da situação, viram nela a evidência de que a tentativa do homem para viver pela liberdade fora um empreendimento fracassado. Estes, desencantados, regressaram a certos tipos de existência autoritária, justificando de várias maneiras a sua atitude. Outras pessoas, contudo, viram na presente evidência de que o homem errara na edificação da sua liberdade, um sintoma de que, algures, ele falhara em encontrar onde reside a verdadeira relação entre liberdade e autoridade.

Numa sociedade que se afirma, se confirma, se atesta, uma religião manifesta-se como uma função de integração, digamos de **atestação**. Numa sociedade que se interroga sobre ela própria, redistribuindo as suas complementaridades e os seus antagonismos, a religião manifesta-se como uma função de diferenciação e até de **contestação**. Numa sociedade que se nega, se recusa recusando-se a si própria, a religião manifesta-se como uma função de **protesto**, de revolta até de subversão. Em cada um dos casos, a operação sociológica refere-se ao fato religioso como uma função do fato social: da sua auto-afirmação, da sua auto-interrogação, da sua auto-negação. (DESROCHE, p. 59).

Tomando como base essas premissas, pode-se afirmar que no processo de formação das colônias americanas havia por parte dos protagonistas, colonos, artesãos, comerciantes e camponeses refugiados (puritanos, quakers, anglicanos, presbiterianos, batistas, metodistas, etc), vários interesses, os quais ora se atraíam,

ora se conflitavam, gerando assim uma diversidade de abordagens e procedimentos em relação à tradição, costumes e conduta civil.

Dentro das discussões referentes à elaboração da Carta Magna, consolidou-se o que já era de se esperar, ou seja, um modelo no qual os Estados teriam mais autonomia para resolver seus problemas dentro de suas fronteiras.

Pode-se afirmar que essas características tenham sido importadas do modelo estrutural republicano (francês), que, a exemplo do presbiterianismo (descentralização do governo eclesiástico), onde os estados tinham liberdade em muitos assuntos, somava-se características pluralistas da diversidade denominacional protestante que se distribuiu e que anteriormente já havia se estabelecido territorialmente nas treze colônias.

Foi um processo muito diferente do ocorrido na maioria dos países latino americanos, sendo que estes, caracterizados pelo conformismo, pelo conservadorismo ao velho sistema que, sob a égide da presença católica jesuíta, configurou em sua formação da cultura política uma propensão à centralização de poder, onde há uma hierarquia Governo Federal – Estados – Municípios, mais próximos ao imperialismo de países europeus do que ao modelo republicano francês.

Nós podemos notar, nas colocações de Weber, que o protestantismo tinha por “vocação” mudar o mundo, se colocando como “cabeça”, na administração, de modo a mudar o *establishment*; mas não mudar como sistema econômico ou ético, caracterizado por uma exploração capitalista de recurso esgotável, de juros, da usura – esta não seria a intensão de seus fundadores. Mudar no aspecto da vocação, da sustentabilidade, da administração renovável dos recursos. Isto é o que Weber fundamenta em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*:

Os católicos denotam maior tendência para permanecer no artesanato, tornando-se, conseqüentemente, muitas vezes, mestres-artesãos, enquanto os protestantes são mais atraídos pelas fábricas, onde preenchem as camadas superiores da mão-de-obra especializada e as posições administrativas. (WEBER, 1967, p.22).

No tocante aos estudos de Dunstan (1961, cap. 7) podemos apontar duas implicações sobre os desafios do protestantismo no presente e no futuro, a saber: “Primeiro, a sugestão implica uma relação entre o protestantismo e o processo democrático no governo e na indústria. Uma vez que o protestantismo é uma

expressão da liberdade do homem na esfera religiosa, a mesma liberdade deve exprimir-se também em outros aspectos da vida do homem. O protestantismo foi a forma de cristianismo encontrada para aqueles países que conduzem seus negócios mediante o consentimento dos governados, aquele consentimento conhecido dos governantes através da expressão, isenta de quaisquer obstáculos – do homem livre. E nos países protestantes, aquelas Igrejas que são essencialmente autoritárias na crença e na prática sofreram modificações no sentido da liberdade.

Nas palavras de Desroche, vemos que:

Uma última questão separa por fim esta sociologia religiosa do desenvolvimento em dois pólos: o pólo “etnológico” e o pólo “revolucionário”. É certo que o valor “desenvolvimento”, se leiloadado, encontra-se bastante desviado, unilateralizado, hiperocidentalizada... e, um etnólogo cuidadoso não pode deixar de denunciar aí “a maior mistificação do século XX”. O desenvolvimento traduz-se, com efeito, demasiadas vezes, por aquilo que se poderia chamar a suserania dos “...antes” sobre a vassalagem dos “...ados”: desenvolventes e desenvolvidos, planificantes e planificados, ensinantes e ensinados, ajudantes e ajudados, animantes e animados, e porque não, evangelizantes e evangelizados, etc. Como se a relação excluísse a reciprocidade. Como se desenvolver não fosse mais que “transferir” um protótipo, “aplicar” um modelo, um e outro vindos do exterior. (DESROCHE, 1984, p.172).

Entretanto, voltando à Marx, podemos identificar em sua obra *A ideologia alemã* alguns traços cronológicos que ele utiliza para refutar a idéia da religião, citando exemplos da propriedade privada desde a época do império romano:

[...] Por um lado, a concentração da propriedade privada, que começou muito cedo em Roma, como atesta a lei agrária de Licínio², e progrediu rapidamente a partir das guerras civil e, sobretudo, sob o Império; por outro lado, e em correlação com esses fatos, a transformação dos pequenos camponeses plebeus em um proletariado impediu que este tivesse um desenvolvimento independente por estar numa situação intermediária entre os cidadãos proprietários e os escravos. [...] Enquanto os franceses e os ingleses se apegam pelo menos à ilusão política, que é ainda a que mais se aproxima da realidade efetiva, os alemães se movem no domínio do “espírito puro” e fazem da ilusão religiosa a força motriz da história. [...] Essa concepção é de fato religiosa, ela supõe que o homem religioso é o homem primitivo do qual parte toda a história, e ela substitui, na sua imaginação, a produção real dos meios de vida e da própria vida por uma produção religiosa de coisas imaginárias. (MARX, 1989, p. 17-18).

Parece-nos aqui que Marx já insinuava o contraste entre a ideologia alemã e a pluralidade americana.

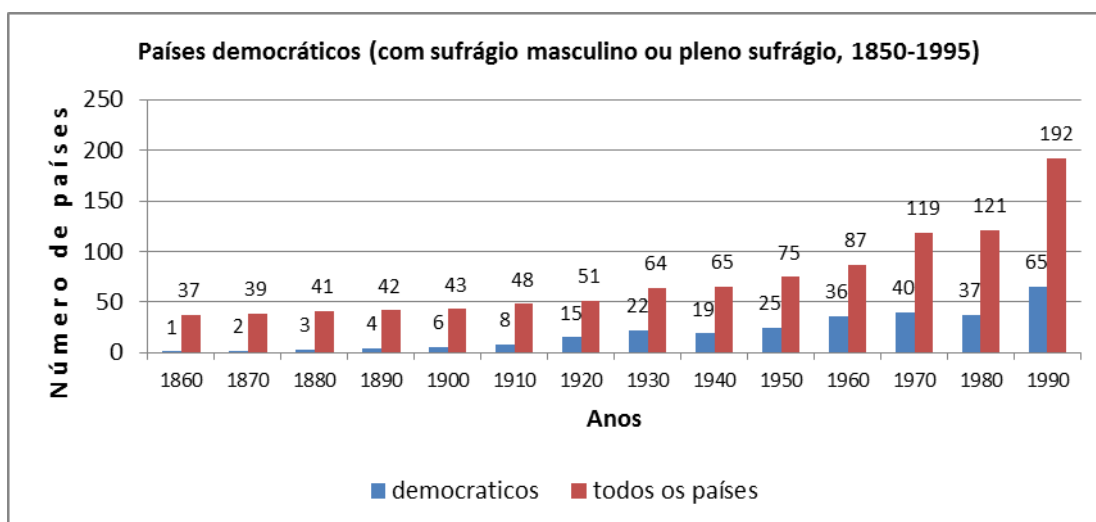
Seguindo com outro olhar, mas não menos criterioso, Durkheim entende que as liberdades individuais nascem das sociedades mais complexas, onde há o jogo

na relação entre o Estado e os grupos (família, escola, igreja, etc.). Tendo um estado cujas atividades sejam mais amplas, mais complexas, isto lhes assegura que o indivíduo não exista justamente como instrumento para a realização dos fins estatais, mas, pelo contrário, que o Estado lhe assegure a criação de seus direitos, que estabeleça estatutos outorgando-lhe seus direitos.

Estas características, para Durkheim, podem levar a um real desenvolvimento do Estado, como protetor da personalidade individual. E é aí que se concentra a maior preocupação de Durkheim, pois, para ele, “as sociedades não possuem necessidades, e sim as pessoas”. Pois, em sociedades menos complexas, o Estado tende a exercer maior controle sobre o indivíduo, limitando suas liberdades e seus deveres, semelhante a uma religião oficializada, conservadora, cuja culminância chega bem próxima à tirania.

Uma das mais sérias e importantes verdades que emerge como resultado desse inquérito é a seguinte: toda idéia é ainda enfrentada por fatos brutais, e todos os movimentos ascendentes são travados e obstruídos por dificuldades internas e externas. Em parte alguma existe uma absoluta ética cristã que apenas aguarde ser descoberta; tudo o que podemos fazer é aprender a controlar a situação mundial, em suas fases sucessivas, como foi feito pela primitiva moral cristã, à sua maneira. Também não existe uma absoluta transformação ética de natureza material ou de natureza humana; tudo o que existe é uma luta constante com os problemas que se levantam. (DUNSTAN, 1961, p. 133-4)

Mas a despeito dos teóricos clássicos citados, Dahl nos dá um outro prisma quando busca representar a evolução do processo democrático no período posterior à consolidação do Estado moderno, conforme representa o gráfico com números que expressam a inserção significativa da população na conscientização política.



(fonte: Robert A. Dahl, Sobre a Democracia, p. 18)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações histórico-literárias que delinearam este trabalho, e que conduziram a este breve e elaborado processo analítico, no seu decurso, expôs o tema a uma contextualização do processo pelo qual o Estado Moderno americano se projetou como uma alternativa renovadora de um sistema europeu já desgastado pelas barbáries cometidas e pelas imoralidades do principado, da nobreza e do clero que dominavam a sociedade do velho mundo.

Não se buscou debruçar exaustivamente sobre as obras ou sobre os autores clássicos de modo a concentrar os argumentos em torno de uma única ramificação teórica simplista, mas, ao contrário, expor singelamente a questão do Estado Moderno sob sua complexidade, utilizando-se para isto algumas amostragens e exemplificações históricas, subentendendo que não se trata de um objeto de estudo com uma definição única e definitiva como ocorre nas ciências exatas; mas sim as vastas capilaridades de interpretações que pode-se extrair do processo pelo qual ele (O Estado) é digerido pela opinião pública, pela mídia e pelos cientistas sociais em suas habituais divergências e contrapontos.

A questão, neste caso, também não foi discutir se o sistema democrático capitalista, socialista ou totalitário comunista é a melhor maneira de organizar uma sociedade em harmonia ao interesse coletivo, e sim, indagar sobre a análise das influências que as relações de poder pode causar na consciência do indivíduo como sujeito e cidadão politizado ou politizante.

A pergunta que teima é como, então, devemos olhar a influência que o modelo americano vem exercendo na sociedade através deste período de dois séculos? Atendeu, de fato, à criação de um Estado Moderno, ou o que ocorreu foi justamente colocar uma nova roupagem em um imperialismo já praticado por seus antigos colonizadores?

Paradoxalmente ao conceito mais usual de democracia que temos lido e ouvido, uma das mais inquietantes indagações, frutos deste inquérito, é a seguinte: a democracia, se de fato existe, serve para atribuir mais liberdade ao cidadão na escolha de seus representantes ou se este conceito surge para exaltar ainda mais a legitimidade e carisma do dominador para com os dominados, para dar maior suporte às suas ferramentas utilizadas na luta para sua permanência no

establishment, mediante o voto (escolha) pública, perpetuando-se indistintamente no “inconsciente coletivo”?

Quanto mais nos ocupamos com os problemas sociais e políticos, e, em particular, os de ordem internacional, tanto mais evidente se torna que um dos obstáculos fundamentais para uma solução conveniente é o fato de existir completo desacordo a respeito dos fins últimos da vida. Como será possível um acordo em questões práticas, entre aqueles que sustentam filosofias irreconciliáveis da vida? As condições dominantes, nas esferas sociais e políticas, são determinadas, em parte, pelo menos, pelas atitudes e decisões de pessoas. (OLDHAM, et al, 1937 apud DUNSTAN, 1961, p. 171).

Sustentando a utopia em classificar o Estado moderno americano como um modelo perfeito e messiânico de democracia, onde as nações se sirvam de sua presença e hegemonia como intermediadores de todo e qualquer conflito, conceito este que pode ser traduzido no agir democratizante, ou seja, mecanismo este que tenta impor a todo custo a estabilidade entre as relações dos atores sociais, seja ele interno ou externo (ONU). Destinamos a este paradoxo as seguintes linhas do pensamento de Thomas Hobbes:

Mas é coisa fácil os homens se deixarem iludir pelo especioso nome de liberdade e, por falta de capacidade de distinguir, tomarem por herança pessoal e direito inato seu aquilo que é apenas direito do Estado. E quando o mesmo erro é confirmado pela autoridade de autores reputados por seus escritos sobre o assunto, não é de admirar que ele provoque sedições e mudanças de governo. Nestas partes ocidentais do mundo, costumamos receber nossas opiniões relativas à instituição e aos direitos do Estado, de Aristóteles, Cícero e outros autores, gregos e romanos, que viviam em Estados populares, e em vez de fazerem derivar esses direitos dos princípios da natureza os transcreviam para seus livros a partir da prática de seus próprios Estados, que eram populares. Tal como os gramáticos descrevem as regras da linguagem a partir da prática do tempo, ou as regras da poesia a partir dos poemas de Homero e Virgílio. E como aos atenienses se ensinava (para neles impedir o desejo de mudar de governo) que eram homens livres, e que todos os que viviam em monarquia eram escravos, Aristóteles escreveu em sua Política (livro 6, cap. 2): Na democracia deve supor-se a liberdade; porque é geralmente reconhecido que ninguém é livre em qualquer outra forma de governo. Tal como Aristóteles, também Cícero e outros autores baseavam sua doutrina civil nas opiniões dos romanos, que eram ensinados a odiar a monarquia, primeiro por aqueles que depuseram o soberano e passaram a partilhar entre si a soberania de Roma, e depois por seus sucessores. Através da leitura desses autores gregos e latinos, os homens passaram desde a infância a adquirir o hábito (sob uma falsa aparência de liberdade) de fomentar tumultos e de exercer um licencioso controle sobre os atos de seus soberanos. E por sua vez o de controlar esses controladores, com uma imensa efusão de sangue. E creio que em verdade posso afirmar que jamais uma coisa foi paga tão caro como estas partes ocidentais pagaram o aprendizado das línguas grega e latina. (HOBBS, 1999, pp. 174-5).

Nestes termos, talvez possamos racionalizar com mais clareza e compreensão a herança do instinto expansionista da cultura política norte americana incutida nas diversas partes do globo, onde os intermináveis e constantes períodos de intervenção e guerras a outros países podem ser traduzidos voluntaria ou involuntariamente como métodos de defesa contra ideologias que possam ameaçar os interesses coletivos de um povo ou nação estabelecida. A questão é saber até onde esta hipótese venha expressar a realidade última, e até onde ela deve ser suportada pelas outras nações?

Ainda, nos reportando às características intervencionistas do Estado moderno americano, devemos racionalizar o que expressa Klaus Offe:

Os meios de defesa “associativos” descritos por Tocqueville que deveriam servir contra a hipertrofia do individualismo e despotismo nos EUA, resultaram tanto no enfraquecimento do poder central, assim como no fortalecimento das grandes corporações cujos interesses são postos, preferencialmente, como questão externa de segurança e comércio, apelando assim para “autoevidência” e a sua confirmação moral e política que diferencia o bom e o mal como um padrão por trás de ações expansionistas e de controle internacional. À época de Tocqueville, lhe pareceu bem-vindo a natureza atomística das seitas e das associações; tudo que pudesse coibir o individualismo e a centralização do poder central. Ele não vira nem podia saber que o cerceamento da violência de Estado também impede suas indispensáveis contribuições para a interação de sociedades complexas e que por razões estruturais, vir-se-ia suprir esse tolhimento (déficit) usando-se de pretextos externos para manter o controle interno contra o inimigo estrangeiro. Como não há na Constituição americana o reconhecimento de “soberania nacional do povo” – dada à própria fragmentação intrínseca da sociedade estadunidense – dá-se uma acentuada ênfase à “soberania nacional” – seja através do isolacionismo ou intervencionismo – para a validação da política externa dos USA. (OFFE, 2010, p. 47)

Por outro lado, visualizando a condição dos Estados alheios a este sistema politizante, se houver algum posicionamento a se manifestar, em relação do Estado com o indivíduo, vale-se o trabalho de assinalar o pensamento de Weber quando afirma que: **“o sujeito só se torna sujeito, na recusa, na revolta”**.

Quando se tem certeza da existência de um ou mais valores universais, quando se pensa que existe uma Verdade, quando se está seguro de que a Moral é uma coisa geral que se aplica a todos os lugares e épocas, a inquisição não está longe. (MAFFESOLI, 2009, p. 41)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLACKHAM, H. J. **A religião numa sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967. 246p.
- DESROCHE, H. **Sociologias religiosas**. Porto: RES editora, 1984. 227p.
- DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2001, 230p.
- DUNSTAN, J. L. **Protestantismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. 197 p.
- DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 609p.
- EASTON, D. (org.). **Modalidades de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970, 199p.
- HIRANO, S. **Castas, estamentos & classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2002, 211p.
- HOBBS, T. **Os pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 1999. 495p.
- LENS, S. **A fabricação do império americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 669p.
- MAFFESOLI, M. **Lógica da dominação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, 194p.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, 97p.
- OFFE, C. **Três europeus nos Estados Unidos da América: Tocqueville, Weber e Adorno**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010, 124p.
- PORTELLI, H. **Gramsci e a questão religiosa**. Ed. Paulinas, 1984. 230p.
- TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Coleção Folha de São Paulo, 2010, 576p.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1967, 233p.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982. 530p.